

Sediar megaeventos esportivos vale à pena?

Giuliana Costa¹

Resumo

A hospedagem de megaeventos esportivos e os processos de transformação urbana que estes eventos requerem é funcional à competição das cidades na arena global para a atração de capitais e investimentos. Os eventos esportivos têm um papel fundamental nesta estratégia. Se até recentemente prevaleceu na literatura e no *policy making* uma visão normativa, prescritiva e acrítica destes eventos, hoje começa a emergir um olhar mais crítico. Este artigo quer ser útil à reflexão sobre se e até que ponto vale à pena sediar megaeventos identificando as vantagens e desvantagens de sediar megaeventos esportivos em termos econômicos e sociais através da análise crítica de parte da volumosa literatura internacional de caráter sociológico e econômico produzida nos últimos anos, assim como da evidência empírica disponível. Ele apresenta alguns conceitos e quadros teóricos úteis para introduzir e discutir alguns dos processos de transformação do Rio de Janeiro, cidade que se prepara a receber dois dos mais importante eventos esportivos do planeta.

Palavras-chave

Megaeventos esportivos; Vantagens e desvantagens; Legado social e econômico

The pros and cons to hosting mega-events

Abstract

Hosting mega-events is part of a complex urban global strategy to attract capitals and investments from abroad. Sports events have a fundamental role in this strategy. Till now literature and policy making have adopted a prescriptive positive attitude towards this kind of events and the opportunities offered by them to staging cities and countries. Nevertheless, in the last years a more critical approach has developed among scholars and economic agents. This article will discuss the pros and cons of attracting sports mega-events using economic and sociological literature as well as empirical evidence. Concepts and theoretical approaches stemming from this review will be applied to Rio de Janeiro, a city that will host two of the major sports events in the planet.

Key words

Sports mega-events; Pros and cons; Socio-economic legacies

Introdução

Sediar grandes eventos, sejam eles culturais, políticos, esportivos, econômicos ou sociais, é parte não somente de uma ampla estratégia de “re-imaginação” das cidades e dos países (BIANCHINI e SCHWENDEL, 1991), funcional à competição na arena global para a atração de capitais e investimentos e para a geração de novos fluxos turísticos, mas também é funcional a impulsionar as economias locais e identificar soluções para os enormes problemas sociais e físicos das cidades através dos processos de transformação urbana que os eventos requerem (HILLER 2000, GRATTON e HENRY, 2001; ESSEX e CHALKLEY, 1998). Os chamados “megaeventos” são eventos que ocorrem em larga escala, possuem um caráter dramático e espetacular, seduzem as massas populares e recebem o reconhecimento internacional; eles provocam consequências importantes para a cidade anfitriã ou para o país que serve de sede; beneficiam de uma elevada cobertura e atenção da mídia e representam uma interrupção na administração ordinária do tecido urbano (HORNE e MANZENREITER 2006). O papel dos megaeventos esportivos tem sido associado ao desenvolvimento econômico, à regeneração urbana, à impactos sociais positivos (HALL, 1992), ao crescimento ou consolidação de *urban coalitions* (JONAS, 1992) úteis para o gerenciamento da cidade em todos os seus aspectos. O Rio de Janeiro vai receber dois dos maiores eventos esportivos do mundo, a Copa Mundial de Futebol, em 2014, e os Jogos Olímpicos de 2016. Assim como aconteceu em outras cidades-sede (LEVERMORE 2010, MISENER e MASON 2010, COSTA 2012a), muitas dúvidas estão surgindo sobre a capacidade dos eventos esportivos de transformar de forma positiva os perfis social e econômico do Rio de Janeiro. O entusiasmo dos primeiros anos está diminuindo e está dando espaço a uma maior capacidade crítica de alguns atores importantes na cena pública: representantes do mundo acadêmico, dos movimentos sociais e das Ongs cariocas denunciam que os processos de preparação da cidade e de transformação urbana em curso estariam acarretando efeitos negativos nas populações locais (especialmente nas mais vulneráveis) não suficientemente (economicamente) compensados e que os custos de oportunidade de investir grandes somas de recursos públicos para os grandes eventos são excessivamente altos num contexto metropolitano caracterizado por níveis de desigualdade sócio-econômica entre os mais pronunciados do país e por uma falta crônica de infraestruturas (COSTA 2012a).

Este artigo quer ser útil à reflexão sobre *se e até que ponto vale à pena sediar megaeventos* através da análise crítica de parte da volumosa literatura internacional de caráter sociológico e econômico produzida nos últimos anos, assim como da evidência empírica disponível. Ele apresenta alguns conceitos e quadros teóricos úteis para introduzir e discutir alguns dos processos de transformação do Rio de Janeiro em prol dos eventos dos próximos anos.

Problematizando a questão da hospedagem de megaeventos esportivos

Nos últimos 20 anos e depois de um longo período de abordagem prescritiva e acrítica sobre a oportunidade de sediar grandes eventos esportivos (HALL, 1992), muita maior atenção tem sido dada ao fato de que se trata de eventos de curto prazo, mas com conseqüências de longo prazo e que há sempre “perdedores” e “vencedores” nos processos de transformação socioeconômicos e espaciais produzidos por estes eventos. Evidências de pesquisa apontam que muitos fatores devem ser levados em consideração na decisão de atrair ou não eventos dessa natureza e porte. A origem das críticas sobre os impactos positivos ou não nas cidades anfitriãs foi a grande dívida – entre outras – deixada pelos Jogos Olímpicos de Montreal, em 1976.

Muitos autores (entre eles FURRER 2002; GRATTON e HENRY 2011, COHRE 2007, GUALA 2009) colocaram em evidência a problemática de eventos que requerem uma enorme concentração de investimentos no tempo e no espaço (uma cidade ou, até mesmo, em áreas específicas dentro de uma cidade-anfitriã). Isto estaria em contradição com a garantia de sustentabilidade e o legado a longo prazo. Também foi evidenciado como a organização de grandes eventos requer ações anti-democráticas, como por exemplo, a falta de respeito às formas de consulta pública que seriam utilizadas em condições de normalidade para a realização de projetos urbanos ou para a implementação de novas políticas públicas.

Em geral, existe um aumento consistente da literatura que dá maior espaço às interpretações mais críticas sobre os impactos dos grandes eventos nas cidades que os recebem e que indicam os pontos negativos que, talvez, sejam superiores às vantagens (GIBSON, 1998).

Surge então uma questão importante no debate internacional: por que os países e as cidades depositam tanta expectativa na hospedagem de uma Olimpíada ou de um outro mega-evento?

A hospedagem de megaeventos esportivos: aspectos econômicos

Vamos seguir primeiro os argumentos econômicos, sejam eles positivos ou negativos. Zimbalist (2010), por exemplo, argumenta que os potenciais benefícios econômicos, diretos ou indiretos, quase sempre são individualizados como sendo a principal razão para hospedar os grandes eventos. Os benefícios diretos consistem em atrair fluxos de capitais e de turistas antes, durante e depois dos jogos, nas consequências positivas das transformações urbanas relacionadas com a construção/melhoramento de instalações esportivas ou das infraestruturas gerais, na criação de serviços de telecomunicações eficientes, no impulso das economias locais, na maior oferta de emprego (especialmente em alguns setores como os da construção civil) e, no longo prazo, na disponibilização de baixos custos de transportes, graças à modernização das malhas rodoviárias e ferroviárias, além do aumento dos recursos destinados aos transportes públicos. Os benefícios indiretos poderiam ser, de acordo com o autor, maiores do que aqueles diretos, mas muito mais complexos de se contabilizar: eles podem incluir a receita de publicidade que apresenta a cidade anfitriã ou o país anfitrião como sendo um potencial destino turístico ou de negócios no futuro, a melhora na percepção da cidade ou do país sede por parte de um público internacional e um aumento do orgulho cívico da população local e nacional. Aspectos positivos no comércio e nas exportações também foram evidenciados (ROSE e SPIEGEL, 2010).

Outros observadores indicam que um dos maiores efeitos positivos destes eventos é o de “colocar no mapa” (global) a cidade anfitriã através de diferentes iniciativas como os projetos de renovação urbana; a difusão da prática do esporte ou a promoção de informações úteis para as populações locais; a responsabilização da classe política local devido à exposição internacional relacionada com os eventos (FURRER, 2002). Segundo a OECD (2008, 2010), os benefícios gerais da hospedagem de eventos globais (e não apenas esportivos) podem ser caracterizados como “primários” e “secundários” para indicar o período de tempo no qual eles ocorrem e não para indicar a linearidade temporal com o qual ocorrem. É possível, por exemplo, que os benefícios primários se sobreponham às vantagens secundárias se eles forem, naturalmente, de longo prazo. Os benefícios primários nascem do alinhamento das estratégias de crescimento dos negócios e dos objetivos de natureza coletiva da cidade ou da nação através de parcerias público-privadas (PPPs), os investimentos na vitalidade do comércio, a expansão estrutural da economia local, o reforço das cadeias de abastecimento de bens e serviços, os im-

pactos positivos no meio ambiente (seja ele construído ou natural). As vantagens secundárias são aquelas que derivam do uso das novas infra-estruturadas criadas a partir do evento. Elas são, por exemplo, o incremento da conexão da cidade; o impacto no mercado de trabalho; o desenvolvimento do mercado imobiliário; a promoção da cidade no cenário mundial devido a sua capacidade de administrar um projeto complexo. Este último ponto requer uma clarificação: participar e hospedar um grande evento constitui uma certificação para competir por outros eventos já que nas palavras do OECD, “uma cidade com experiência em hospedar eventos, naturalmente, deve ser levada em maior consideração caso haja quaisquer dúvidas em relação à outra cidade concorrente. Em um mundo urbano cada vez mais competitivo ter experiência pode fazer a diferença” (2010, p. 14).

Até aqui, apresentamos os potenciais impactos positivos da escolha de sediar megaeventos, tais como os encontramos na literatura. Mas as evidências empíricas relacionadas aos megaeventos esportivos, tais como a Copa do Mundo de Futebol, as Olimpíadas e outras competições menores como os Commonwealth Games e os Jogos Panamericanos mostram outra face da questão. Muitas pesquisas recentes apontam que a hospedagem de grandes eventos não apenas não produz efeitos econômicos positivos como, pior ainda, pode deixar até mesmo uma pesada herança econômica: os fluxos de turismo não aumentam o suficiente ou de maneira significativa (BURTON 2003); os eventos podem deixar uma percepção positiva relativamente modesta junto à população local (RITCHIE e SMITH 1991, MATHESON, 2008) e, em muitos casos, a hospedagem de eventos teve claros efeitos negativos como a geração de custos muito maiores dos que calculados nos processos de candidatura (ZIMBALIST, 2010; BRAY, 2011).² Frequentemente, os custos finais são muito maiores do que os orçados devido a várias razões: a primeira delas é que “no tempo que corre entre a preparação da cidade para o evento e sua realização, o custo das construções e a valorização da terra podem subir de forma significativa. Também ocorre que, para conquistar o apoio popular para concorrer ao evento, uma determinada cidade possa camuflar os custos reais. E com a apresentação das candidaturas das cidades aspirantes existe a tendência natural de não apenas satisfazer os critérios mínimos, mas de ir mais além, acrescentando outras ‘prioridades’ aos planos originais” (ZIMBALIST, 2010, p.9). Mesmo com os Jogos de Barcelona, considerados pela literatura como os de maior sucesso em termos de legado positivo, a dívida deixada ao governo da Espanha foi de \$4 bilhões, além de outros débitos de \$2,2 bilhões acumulados nos caixas do município e da província.

Já o comitê organizador de Nagano apresentou \$28 milhões como lucro, enquanto várias instituições do governo japonês amargaram débitos da ordem de \$11 bilhões (BURTON e O'REILLY, 2009). Em Atenas, o investimento público excedeu mais do que \$40 bilhões e deixou rastros negativos nas finanças da Grécia até hoje.

Outros impactos econômicos negativos podem ser associados ao mau uso dos terrenos, às inadequadas planificações e à subutilização de infra-estruturas. Estas últimas podem se transformar em “elefantes brancos”³, estruturas ou edifícios construídos para eventos e que são abandonados depois de terem valorizado o terreno em que foram erguidos e depois de terem se beneficiado de grandes investimentos de manutenção.

Os exemplos oferecidos por Zimbalist (2010) falam por si: em Sidney, o custo anual de gestão do estádio olímpico com capacidade para 90 mil espectadores supera os \$30 milhões; muitas das áreas usadas nos Jogos de Atenas, de 2004, são raramente usadas e bem poucas tem uso coletivo, além de ocuparem terrenos valorizados e próximos ao centro urbano; os Jogos de Pequim deixaram para a posteridade muitas construções caras, incluindo o legendário parque aquático Water Cube, o qual é bastante pouco utilizado. Jogos Olímpicos de Inverno também deixaram custos e estruturas inutilizadas, como a pista de bob construída em Val di Susa para a Olimpíada de Turim, de 2006 (GUALA, 2009).

As ofertas e os respectivos planos de despesas para uma Olimpíada não apenas se tornam cada vez mais “ricos” com o tempo, mas se distanciaram dos objetivos de promover o crescimento ao longo prazo (BRAY, 2011) especialmente nos países mais desenvolvidos. De acordo com a literatura relevante, quais seriam então as condições ideais para que os megaeventos deixem legados e impactos econômicos positivos nas cidades anfitriãs? Experiências positivas caracterizam-se pelo uso de infra-estruturas já existentes, o uso das escarças áreas urbanas para fins coletivos e pela criação de infraestruturas úteis no futuro e integradas de forma construtiva na cidade ou na região de hospedagem (ZIMBALIST, 2010; FAINSTEIN, 2009). Barcelona é considerada como um caso excepcional, que “mostra o caminho” como afirmou o CEO do comitê Olímpico organizador da cidade:

o legado material deixado pelos Jogos uma década atrás foi um presente divino para Barcelona. A cidade foi capaz de enfrentar a grave crise econômica que se seguiu em 1993 de forma mais eficiente do que as outras regiões

espanholas, precisamente porque os investimentos na Olimpíada tinham sido planejados em função das necessidades permanentes da cidade e não daquelas temporárias dos Jogos olímpicos (declaração em FURRER ,2002, Jose-Miguel Abad, The Daily Telegraph, 5 Nov. 2002).

Para alguns observadores, os megaeventos podem constituir uma “janela de oportunidade” para fazer algo que, ao contrário, seria muito difícil de realizar em tempos normais por falta de consenso político e capacidade de concentrar recursos financeiros para um determinado objetivo, além da contribuição dada por agencias quais o IOC - International Olympic Committee (PREUSS 2004, p. 11).

A hospedagem de megaeventos esportivos: aspectos sociais

Além da discussão sobre os possíveis benefícios econômicos, existe na literatura e nas práticas de gestão urbana um interesse crescente no uso de eventos esportivos como ponto de partida para programas de desenvolvimento social e comunitário (LEVERMORE, 2010; MISENER e MASON, 2010). Mas este enfoque foi e é, como afirmado acima, objeto de argumentações contrárias já que os impactos negativos dos eventos podem corresponder ou, até mesmo, sobrepassar suas vantagens. Existe um crescente “corpus” de acadêmicos, *policy makers* e ONGs internacionais empenhados na análise empírica dos custos sociais dos maiores eventos esportivos, mesmo sendo este uma presença ainda minoritária na produção intelectual, na qual prevalece uma visão normativa, prescritiva e acrítica. Os elementos problemáticos destes eventos são incontornáveis para a tomada de decisões e para guiar os processos de conflito urbano. As vantagens de sediar grandes eventos (sejam eles esportivos, culturais ou de outra matriz qualquer) devem ser relativizadas; posições otimistas⁴ no mercado das ideias devem ser contrabalanceadas.

Um primeiro ponto a ser assinalado é que os impactos sociais negativos de eventos de larga escala são muito mais difíceis de avaliar do que os eventuais benefícios. Alguns pesquisadores colocam em evidência que o fato de sediar grandes eventos esportivos traz vantagens somente à uma selecionada parcela da população, principalmente às elites dirigentes dos negócios e à classe política (BURBANK *et al*, 2001; WHITSON e HORNE, 2006; VAINER, 2010; COSTA, 2012a). Em termos gerais, os megaeventos catalizam investimentos seletivos até mesmo quando estes são apresentados como ações universalistas⁵.

Os “custos sociais” mais evidentes dos megaeventos são os despejos e as remoções os quais têm sido definidos como “característica comum aos megaeventos” (PORTER, 2009, p. 365). As remoções de comunidades pobres para abrir o caminho ao setor imobiliário e ao desenvolvimento de zonas com terrenos valorizados na cidade ocorrem sem necessariamente ser ligadas a megaeventos, mas estes constituem uma ocasião única para proceder neste sentido.

Antes de tudo existe um consenso social em relação ao futebol e ao esporte em geral que suporta ações fortemente anti-democráticas e injustas. Em segundo lugar, muitos “estados de exceção” (AGAMBEM, 2003; VAINER, 2010) foram impostos para proteger os “direitos dos Jogos” como a criação de “zonas de exclusão” ao redor das construções esportivas nas quais os residentes não podem circular ou a proibição de protestos e passeatas dentro e nas imediações das instalações dos eventos (NERI, 2010; COSTA, 2012a e 2012b; CURI e COLL, 2011). Os processos de gentrificação também são levados em consideração como fatores que, indiretamente, afetam as condições de vida das pessoas que são obrigadas a se mudar para partes mais periféricas e menos valorizadas das cidades por conta dos processos de valorização fundiária e imobiliária que os eventos esportivos trazem consigo. Estes eventos transformam e deixam os espaços urbanos menos acessíveis aos pobres e ao mesmo tempo beneficiam certos interesses econômicos⁶.

Em terceiro lugar, a literatura e a história recente mostram como os megaeventos raramente beneficiam as comunidades mais carentes. Muitos estudos assinalam que, especialmente nos países em desenvolvimento, os empregos criados em função destes eventos são mal remunerados, temporários e até mesmo perigosos; os despejos, que normalmente afetam populações economicamente mais frágeis, terminam fazendo com que os atingidos tenham que morar em condições piores, mais distantes das opções de trabalho, de transportes, das escolas, dos hospitais e de outros serviços básicos (OMENA, 2011; COHRE, 2007). Outros custos sociais estão relacionados com a falta de transparência nas decisões que têm como objeto a transformação do tecido urbano, com a repressão às manifestações de protesto, com formas de criminalização da pobreza e com mudanças partidárias nas regras do planejamento urbano. Todos estes aspectos devem ser contabilizados para calcular os custos sociais dos megaeventos assim como os custos de oportunidade de situar tais eventos em cidades nos quais nem sequer os serviços básicos são cobertos. Cabe a pergunta neste caso: estas cidades deveriam investir neste tipo de evento?

Como indicou Porter (2009), “as vozes daqueles que têm a ganhar e daqueles que vencem, a partir do desenvolvimento urbano associado aos grandes eventos esportivos, são muito mais ouvidas e alardeadas por todos os lados” (p.397). Ela argumenta também que a retórica do melhoramento das condições de vida dos residentes urbanos possui um alto nível de consenso social, o que trabalha a favor da justificativa dos despejos e da demolição de casas e meios de subsistência dos mais pobres. A principal organização ativa sobre esta questão é o *Center on Housing Rights and Evictions* (COHRE), o qual, em 2007, através de um relatório, concluiu que:

como a frequência e a dimensão dos eventos internacionais indicam que irão crescer nos próximos anos, é de grande importância que alguns passos sejam feitos para guiar, de forma apropriada, o planejamento e o desenvolvimento dos processos ligados à hospedagem destes eventos. Estes processos precisam ter maior sensibilidade no que diz respeito ao impacto social que eles podem ter em seções marginalizadas das sociedades das cidades anfitriãs. Isto é necessário para aliviar os impactos negativos destes eventos, tais como as remoções forçadas, a redução do nível de acesso à moradia e os outros efeitos semelhantes (...) Os Jogos Olímpicos e outros megaeventos são, quase sempre, catalizadores de novas ações de desenvolvimento, que acarretam remoções maciças e a redução de oportunidades de moradia a baixo custo (p. 11).

A tabela 1 resume alguns dos dados sobre os impactos negativos dos Jogos Olímpicos na literatura internacional.

Tabela 1. Exemplos de impactos sociais negativos do Jogos Olímpicos pelas cidades anfitriãs

| Cidade anfitriã | Problemas sociais e conflitos |
|------------------------|---|
| Seul 1988 | Cerca de 720.000 pessoas despejadas (9% da população total), aumento dos preços imobiliários, falta de transparência nos processos de tomada de decisões, repressão contra os protestos dos residentes, mudanças na regulação urbana para a construção das infraestruturas olímpicas. |

Cidade anfitriã**Problemas sociais e conflitos**

| | |
|-------------------|---|
| Barcelona 1992 | Aumento de 150% nos custos de hospedagem (a habitação tornou-se tão inacessível que pessoas com baixa renda foram obrigadas a deixar a cidade), falta de transparência nos processos de tomada de decisões, mudanças na regulação urbana para a construção de infraestruturas olímpicas, participação limitada dos grupos mais atingidos nas tomadas de decisões. |
| Atlanta 1996 | Cerca de 9.000 notificações de detenções foram de pessoas sem-teto, de minoria étnica, como parte de uma campanha olímpica inspirada no mote “limpe as ruas”. Cerca de 30 mil pessoas foram desalojadas pela gentrificação e pelo desenvolvimento relacionados aos Jogos Olímpicos. Falta de transparência nos processos de tomada de decisões. |
| Sydney 2000 | Desalojamentos e gentrificação. |
| Atenas 2004 | Centenas de comunidades “rom”, residentes em Atenas, foram desalojadas sob o pretexto de preparativos relacionados à Olimpíada, despejos pela gentrificação nas áreas envolvidas. Falta de transparência nos processos de tomada de decisões, participação limitada de grupos atingidos pela maior parte das decisões tomadas. |
| Pequim 2008 | Mais de 1.25 milhões de pessoas foram desalojadas para o re-desenvolvimento urbano relacionado com a Olimpíada (9,60% do total da população), falta de transparência nas tomadas de decisões, violenta repressão contra os habitantes, falta de planejamento para abrigar 20% dos habitantes despejados. |
| Vancouver 2010 | Criminalização e a remoção dos sem-teto. |
| London 2012 | Distorção do mercado residencial imobiliário; assédio aos trabalhadores; apuramento dos assentamentos, firmas e atividades esportivas; desvios dos fundos da loteria destinados à financiar ONGs, aumento da securatização e da militarização dos espaços públicos. |

Fonte: COHRE, 2007 e ROLNIK, 2009; OMENA, 2011 | <http://www.gamesmonitor.org.uk>

No que diz respeito aos Jogos Olímpicos, os especiais vademecums e as recomendações das agências internacionais têm sido projetadas para garantir o conceito de

“sustentabilidade”: para Furrer (2002), por exemplo, as Olimpíadas devem contribuir para o desenvolvimento sustentável da cidade anfitriã e da região através de seus legados econômico, social e ambiental; devem ser concebidas desde o começo como uma oportunidade para direcionar importantes desafios urbanos regionais; devem promover soluções e inovações para manter ou, até mesmo, aumentar a qualidade de vida dos moradores; devem conduzir a gestão dos recursos locais e regionais (financeiros, sociais e ambientais) de forma a permitir que os requisitos dos Jogos Olímpicos sejam satisfeitos como suportes da harmonia social e econômica nos ambientes urbanos e regionais, além de proteger a integridade cultural e a diversidade biológica; devem incluir a população através de genuínos processos de consulta popular desde o começo dos projetos e devem respeitar as agendas locais; devem beneficiar igualmente todas as camadas da população; devem identificar e localizar os riscos, assim como aliviar o sofrimento e os inconvenientes provocados às populações locais. Estas recomendações (como outras) soam um pouco vagas, pretenciosas e irrealistas se vistas através dos dados empíricos. O autor mostra ser muito mais realista no título do artigo do qual foi citado: “Jogos sustentáveis são um sonho ou uma realidade?”.

Breves conclusões olhando para o Rio de Janeiro

A análise da literatura especializada sobre megaeventos e seus impactos sociais e econômicos feita acima nos permite afirmar que a decisão de sediá-los não somente acarreta aspectos positivos (que existem), mas também traz consigo inúmeros problemas sociais e econômicos assim como o risco de aumentar os níveis de desigualdade socio-econômica e espacial das e nas cidades anfitriãs. Este é um enfoque relativamente novo que tem sua origem na geografia crítica (HARVEY, 1989 e 2001, por exemplo) e que se difundiu em outras disciplinas tais como a sociologia urbana, a economia, o management, o planejamento, etc.

Este artigo não está focado sobre a posição do Brasil e especificamente do Rio de Janeiro no que se refere à hospedagem de megaeventos esportivos, mas neste parágrafo conclusivo é importante revelar a utilidade dos conceitos apresentados para compreender os processos em curso na “Cidade Maravilhosa” em prol destes eventos. Obviamente aqui não se tem a pretensão de cobri-los todos, já que outros artigos deste número especial da revista o farão muito melhor e de forma mais profunda e informada.

É importante então revelar como a cidade começou a investir em grandes eventos esportivos no começo dos anos 1990, tentando lutar contra os declínios

social e econômico de anos a fio e contra sua péssima imagem causada pela violência urbana (CAPANEMA ALVAREZ e BESSA, 2011; COSTA, 2012a). Em 2002, a cidade venceu a competição para receber os Jogos Pan Americanos de 2007. Esta vitória abriu o caminho para outras candidaturas como a sede da Olimpíada de 2012. A atração pelos Jogos Olímpicos de 2012 foi, repetidamente, sugerida como uma imperdível oportunidade de marcar positivamente a imagem da cidade, do Estado do Rio e do país no tabuleiro internacional, apresentando a sua beleza paisagística e a sua riqueza cultural. Naturalmente, estes valores suportariam novas oportunidades de negócios e de investimentos fundamentais nas políticas públicas. O balão de ensaio deu certo. Como é notório, a cidade perdeu a licitação para 2012, mas o Brasil venceu aquela da Copa do Mundo de 2014 e, ao final, o Rio de Janeiro ganhou os Jogos Olímpicos de 2016.

Mesmo sendo muito cedo para avaliar o legado social e econômico dos eventos esportivos no Rio de Janeiro, ou pelo menos os seus “efeitos concretos” (FURRER, 2002; PREUSS, 2007), já são claros os motivos das reivindicações que a sociedade civil e os movimentos sociais estão expressando. Eles serão apresentados por pontos:

- 1) Se denuncia a falta de transparência nas tomadas de decisões no que dizem respeito às transformações da cidade e ao fato que o governo municipal tenha estabelecido os conteúdos do “Plano Olímpico” sem nenhuma forma de consulta pública e que o tenha feito apenas com o apoio de empresas e instituições privadas, como a FIFA e o IOC. Ainda que a transparência tenha sido um conceito primordial no lançamento da candidatura do Rio de Janeiro, os sites institucionais são pobres e desatualizados sobre as informações dos eventos (ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA, 2011). Até agora, mesmo tendo a administração do Rio criado o “Legadômetro”, um instrumento para medir o eventual legado dos projetos urbanos nos próximos anos, o nível de accountability das ações públicas em termos de gastos e opções tem sido muito limitado.
- 2) É notório como os gastos relacionados aos eventos estão aumentando muito rapidamente (COSTA, 2012a).
- 3) Remoções e despejos estão sendo realizados com pouco respeito pelos direitos fundamentais dos moradores de muitas comunidades pobres do Rio de Janeiro que não são informados sobre os processos urbanos em

curso, não são adequadamente ressarcidos (com dinheiro ou outra moradia), além de serem expostos a abusos, perseguições (pelas empreiteiras) e irregularidades. O número de famílias presentes em zonas com risco de remoção era estimado em cerca de 7/8.000 até julho de 2012. Comunidades têm sido removidas ou ameaçadas de despejos para a construção de vias expressas, as chamadas BRTs (veja também COSTA, 2012a), por causa da instalação ou renovação de parques desportivos e de equipamentos, além da “limpeza” das áreas turísticas. Especulações e remoções isoladas, não obrigatoriamente conectadas aos megaeventos, também estão ocorrendo, como denunciam Raquel Rolnik, observadora especial da ONU (2009 e 2011) e a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (2011). Muitos assentamentos pobres têm sido removidos, incluindo aqueles que possuem acessos aos serviços e dos quais os moradores têm os títulos legais de uso do solo.

4) Processos de gentrificação são evidentes em toda a cidade, mas eles são mais surpreendentes nas “favelas” da zona sul do Rio de Janeiro (DE ROSE, 2011; OLIVEIRA 2011) e em outras partes das zonas urbana e metropolitana.

5) Segundo alguns estudiosos, a cidade está perseguindo objetivos de concentração política-sócio-econômica direcionando os excedentes de renda e os benefícios exclusivamente para os setores financeiro e imobiliário (CAPANEMA ALAVAREZ e BESSA, 2011). Antes de tudo, os recursos econômicos têm sido concentrados na zona oeste da cidade, na área da Barra da Tijuca e nos setores do turismo e dos transportes (COSTA, 2012a), mas outras políticas têm sido claramente seletivas. Um bom exemplo é a introdução das “UPPs” (Unidades de Polícia Pacificadora). Elas fazem parte de uma especial política de segurança urbana desenvolvida para transformar a cidade com vistas para os megaeventos dos próximos anos. O município do Rio de Janeiro espera instalar 40 UPPs até o começo da Copa do Mundo de Futebol. A maioria das favelas “beneficiadas” com a presença das UPPs está localizada em áreas turísticas, perto das infraestruturas desportivas ou em zonas sujeitas à valorização imobiliária (COSTA, 2012a). Investimentos são focalizados nas “áreas-vitrine da cidade” e não nas zonas mais carentes, onde a violência e o crime possuem maiores impactos negativos na rotina dos moradores e onde outras formas de militarização acontecerão, pelo menos durante os Jogos.

6) Críticas têm sido expressas em relação ao reforço dos “estados de exceção” (AGAMBEN, 2005; VAINER, 2010), à lógicas e práticas legitimadas em nome do “é preciso fazer”, para preparar o Rio de Janeiro rumo à Copa do Mundo e à Olimpíada. Os padrões de planejamento urbano têm sido alterados para a construção de algumas infraestruturas descritas acima, assim como já aconteceu em ocasião dos Jogos Pan Americanos. A violação da Constituição brasileira e do “Estatuto das Cidades do Brasil”, os quais exigem mecanismos públicos e participados para avaliar as propostas de alterações do Plano Diretor (GUSMÃO DE OLIVEIRA e GAFFNEY, 2010). O “Pacote Olímpico” adotado em outubro de 2010 pelo poder legislativo do Rio formalizou e legitimou estas exceções.

7) Uma legislação nacional especial tem sido desenvolvida para proteger os “direitos dos Jogos”; por exemplo a FIFA e o Comitê Olímpico Internacional não irão pagar os impostos no Brasil pelas atividades relacionadas com a Copa do Mundo e com a Olimpíada. E o mesmo tratamento vão receber as empresas que assinaram contratos com estas instituições (VAINER, 2010). O comércio informal, os ambulantes e “camelôs”, pilares da economia carioca, vão ser profundamente penalizado por estas regras (COSTA, 2012b; CURI *et al.* 2011, ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA, 2011).

8) Denuncia-se que as “maquiagens” de muitas partes da cidade para receber os turistas já começou. A construção de paredes de tijolos para cobrir a vista das entradas de algumas favelas (ou com a instalação de barreiras “sonoras” de plástico opaco ao longo de vias expressas que conectam as zonas turísticas) levaram alguns estudiosos a afirmar que o Rio compartilha com outros países um “jeito BRIC de organizar megaeventos” (CURI *et al.*, 2011). Esta expressão é muito eficiente ao denunciar como “bricarisar” tornou-se uma estratégia para ocultar a pobreza dos olhos da comunidade internacional, de alguma forma traindo a suposta “vocalização social” dos Jogos (COSTA, 2012a), um aspecto que rendeu ao Rio a vitória durante a fase de licitação.

A lista poderia continuar. Mas aqui cada um dos itens serve para mostrar como as sugestões dadas pelas agencias internacionais não diretamente envolvidas nos megaeventos esportivos do Rio de Janeiro restam, até agora, letra morta e serve também para compreender quantas convergências existem entre as experiências

de outras cidades anfitriãs e a que o Rio de Janeiro está vivendo e construindo ultimamente. Se os megaeventos têm como objetivo a transformação da cidade na direção de uma “just city” (FAINSTAIN, 2011), a evidência empírica mostra como estamos bem longe de chegar lá.

Referências

AGAMBEN, G. *State of exception*. The University of Chicago Press, Chicago US & London UK, 2005.

ALABART, A. *Els Jocs olímpics de Barcelona: oportunitats i riscos. Un balanç des de la sostenibilitat social*. Biblio 3W, Revista Bibliogràfica de Geografia y Ciencias Sociales, XV.895 (23, 2010).

ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA. *Megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil* [WWW document]. URL <http://apublica.org>. (2011).

BIANCHINI, F. and SCHWENGEL, H. *Re-imagining the city*, in J. CORNER and S. HARVEY (eds.), *Enterprise and Heritage: Crosscurrents of National Culture*, Routledge, London, 1991.

BRAY, E. *The curse of good hospitality: why developing Countries Shouldn't Host International Sportings Events*. SAIS Review, XXXI.1. (2011).

BURTON, R. *Olympic games host city marketing: An Exploration of Expectations and Outcomes*. Sport Marketing Quarterly, 12.1, 37–47. (2003).

CAPANEMA ALVAREZ, L. and BESSA, A.M. *International tourism and urban transformations in a global world: the 2007 Rio de Janeiro Pan American Games Strategic Plans and their Consequences on Local Identities*. Paper presented at Word Planning Schools Congress 2011, Perth (WA), 4-8 July 2011.

CAREY, M. MASON, D. and MISENER, L. *Social responsibility and the competitive Bid process for major sporting events*. Journal of Sport & Social Issues, 35.3, 246-63. (2011).

COHRE – Centre on Housing Rights and Evictions. *Mega Events and Housing Rights* [WWW document]. URL <http://cohre.org/mega-events>. (2007).

COSENTINO, R. *A quem interessam as remoções no Rio?* [WWW document]. URL [http:// http://cidadespossiveis.com](http://http://cidadespossiveis.com). (2011).

COSTA, G. *Rio de Janeiro città dei mega eventi sportivi: progetti, politiche urbane e impatti sociali*, in *Territorio*, n°60/2012, pag. 158-166. (2012a).

_____. *Sullo 'stato di eccezione' a Rio de Janeiro, capitale dei mega-eventi sportivi all'inizio del Terzo Millennio*, Studi e Ricerche Socio-Territoriali, n°2/2012. (2012b).

_____. *Social impacts, prons and cons of hosting mega sporting events, focusing on a global south city: Rio de Janeiro* in *Territorio* n°64/2013; p. 19-27.

CURI, M., KNIJNIK, J. and MASCARENHAS, G. *The pan american games in Rio de Janeiro 2007: consequences of a sport mega-event on a BRIC country*. *International Review for the Sociology of Sport*, 46.2, 140-56. (2011).

DE QUEIROZ RIBEIRO, L.C., and CORRÊA DO LAGO, L. *A oposição Favela-Bairro no espaço social do Rio de Janeiro*. São Paulo: Perspectiva. 15.1, 144-54. (2001).

DE ROSE, S. *Babilônia and the threat of gentrification* [WWW document]. URL www.rioonwatch.org (accessed on 24 July 2011).

DOS SANTOS JUNIOR, O. A., DOS SANTOS, M. R. M. *Megaeventos e o direito à moradia: questões e reflexões no contexto do Rio de Janeiro*. In: OLIVEIRA, Fabrício Leal de *et al.* *Grandes Projetos Metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte*. Letra Capital, Rio de Janeiro, 2012.

ESSEX, S. and CHALKLEY, B. *Olympic games: Catalyst for Urban Change*. *Leisure Studies*, 17, 187-206. (1998).

FAINSTEIN, S. *Mega-projects in London, New York and Amsterdam*. *International Journal of Urban and Regional Research*, 32.4, 768-85, (2009).

_____. *The Just City*. New York: Cornell University Press, 2010.

FGV, Fundação Getúlio Vargas. *Desigualdades e favelas cariocas. A cidade partida está se integrando?* [WWW document]. URL <http://www.fgv.com.br/cps/favela/>. (2010)

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisa Econômica. *Impactos sócio-econômicos dos Jogos Pan-americanos Rio 2007*. Brasília: Ministério dos Esportes, 2009.

FURRER, P. *Sustainable Olympic Games. A dream or Reality?* [WWW document]. URL [http://www.omero.unito.it/web/Furrer%20\(eng\).pdf](http://www.omero.unito.it/web/Furrer%20(eng).pdf). (2002).

GODINHO DE OLIVEIRA, F.J. *Participação social e gestão democrática dos fundos e investimentos destinados aos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro: uma tarefa para 2016*. Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, XV.895(23). (2010).

GRATTON, C. and HENRY, I. (eds.). *Sport in the city: the role of sport in economic and social regeneration*. London: Routledge, 2001.

_____. , SHIBLI, S. and COLEMAN, R. *Sport and economic regeneration in cities*. Urban Studies, 42.5-6, 985-99. (2005).

GUALA, C. *Mega Eventi. Modelli e storie di rigenerazione urbana*. Roma: Carocci, 2009.

GUSMÃO DE OLIVEIRA, N. and GAFFNEY, C.T. *Rio de Janeiro e Barcelona: os limites do paradigma olímpico*. Biblio 3W, Revista Bibliográfica de geografia y ciencias sociales, XV, 895(17). (2010).

HALL, C. M. *Hallmark Tourist Events: impacts, management and planning*. London: Bellhaven, 1992.

_____. . *Urban entrepreneurship, corporate interests and sports mega-events: the Thin Policies of Competitiveness within the Hard Outcomes of Neoliberalism*. The Sociological Review, 54, 59–70. (2006).

HARVEY, D. *From managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism*. Geografiska Annaler, Series B: Human Geography, 71,3-17. (1989).

_____. . *Spaces of capital: towards a critical geography*. New York: Routledge, 2001.

HORNE, J. and MANZENREITER, W. *Sports mega-events: Social Scientific Analyses of a Global Phenomenon*. Oxford: Blackwell, 2006

IPP (Instituto Pereira Passos). *Data Rio*. O Rio em números [WWW document]. URL <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>. (2011).

JUSTIÇA GLOBAL. *Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008..

LEVERMORE, R. *CSR for Development through sport: examining its potential and limitations*. Third World Quarterly, 31, 223-41. (2010).

MISENER, L. and MASON, D.S. *Urban regimes and the sporting events agenda: across national comparison of civic development strategies*, Journal of Sport Management, 22, 603-27. (2008).

NERI, P. *Brazil: megaevents and forced evictions* [WWW document]. URL <http://blog.witness.org/2010/11/brazil-megaevents-and-forced-evictions>. (2010).

O'CONNOR, A. *Brazil deserves the 2016 Olympic Games*. The Times, 4th April 2009.

OECD. *Local development benefits from staging global events* [WWW document]. URL <http://www.oecd.org>. (2008).

_____. *Local development benefits from staging global events: Achieving the Local Development Legacy from 2012* [WWW document]. URL <http://www.oecd.org>. (2010).

OLIVEIRA, V. *Especulação imobiliária na Maré* [WWW document]. URL <http://www.vivafavela.com.br>. (2011).

OMENA, E. *Desafios no caminho para o Rio 2016: o que nos dizem as experiências anteriores?*, Metropolis- Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais”, 4.2. (2011).

_____. and GAFFNEY, C. *Megaeventos esportivos: reestruturação urbana para quem?*, Revista Proposta”. Rio de Janeiro: FASE, 2010.

PORTER, L. *Planning displacement: the real legacy of major sporting events*, Planning Theory & Practice, 10.3, 395-418. (2009).

PREUSS, H. *The conceptualisation and measurement of mega sport event legacies*. Journal of Sports & Tourism, 12.3-4, 207-27. (2007).

REQUENA, J. *Seguridad Olímpica y seguridad ciudadana en los juegos de 1992*. Biblio 3W, Revista Bibliográfica de geografía y ciencias sociales, XV. 895. (2010).

ROCHE, M. *Mega-events and urban policy*. Annals of Tourism Research, 21.1, 1-19. (1994).

_____. *Mega-events and modernity: Olympics and expos in the growth of global culture*. London: Routledge, 2000.

ROLNIK, R. *Report of the special rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living, and on the right to non-discrimination in this context* [WWW document]. URL <http://daccess-ods.un.org/TMP/6249955.html>. (2009).

_____. Copa do Mundo e Jogos Olímpicos: ‘O espetáculo e o mito’ [WWW document]. URL <http://raquelrolnik.wordpress.com>, 12 agosto (accessed in October 2011). (2011).

ROSE, K. and M.M. *Spiegel olympic trade effect*. Countries that Bid for the Olympics are Sending a Signal That They Are Ready to Open up Trade. Finance and Development, March 2010.

VAINER, C. *Cidade e exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro* [WWW document]. URL <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/direito-a-moradia-adequada/artigos/cidade-de-excecao-carlos-vainer>. (2010).

ZIMBALIST, A. (2010) *Is it worth It?* hosting the Olympic Games and other mega sporting events is an honor many countries aspire to - but why?. Finance and Development, March, 8-11. (2010).

NOTAS

- 1 Pesquisadora e professora de Sociologia no DASTU (Dipartimento di Architettura e Studi Urbani) no Politécnico de Milão. Ensina “Sociology of the Urban Space” na carreira de Arquitetura. Se ocupa de políticas de *welfare* e da relação entre espaço, sociedade e economia. É autora de monografias e artigos sobre temas urbanos e de políticas sociais. E-mail: giuliana.costa@polimi.it
- 2 De acordo com Zimbalist (2010), o total de cifras envolvidadas numa Olimpíada é muito grande. É importante lembrar que a mobilização para ter acesso aos enormes recursos para a realização dos Jogos Olímpicos é um fenômeno muito recente numa perspectiva histórica. O chamado “Movimento Olímpico” começou no fim do século XIX. A primeira edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna foi em Atenas, em 1894. Naqueles anos, as Exposições Universais eram consideradas como os eventos mais importantes. Foi somente depois da Primeira Grande Guerra Mundial e, especialmente, durante o período nazista, que os Jogos Olímpicos tornaram-se uma representação da força de uma nação e uma arena fundamental para os interesses e os conflitos nos campos da economia, da política e dos territórios interessados (ib.). A transmissão de TV da Olimpíada de Roma, em 1960, foi o principal fator que catapultou este evento esportivo numa dimensão global, mas muitos estudiosos argumentam que foi com a mudança no modelo de gestão da edição de Los Angeles que o “espírito romântico” dos Jogos foi abandonado definitivamente (RUBIO, 2005; OMENA 2011). As Olimpíadas e outros megaeventos esportivos se tornaram cada vez mais um negócio atraente para alguns setores econômicos, tais quais as atividades de construção, de consultoria, de marketing e comunicação de serviços e, ao mesmo tempo, se tornaram mais e mais custosos e espetaculares. Um exemplo: na edição de Barcelona, em 1992, o custo dos Jogos foi de

§ 1.600 milhões, em Pequim o custo foi vinte e uma vezes maior § 34.000 milhões (IPEA 2008). As entradas dos Jogos Olímpicos de Verão giram em torno dos \$4/\$5 bilhões, e em torno da metade para os Jogos de Inverno, os quais possuem menores custos graças ao menor número de participantes e de infraestruturas. Mas como o autor realça, quase a metade do dinheiro ganho acaba sendo destinado para suprir os custos das atividades das federações internacionais, dos comitês olímpicos nacionais e do próprio IOC.

- 3 O Instituto Dinamarquês de Estudos dos Esportes desenvolveu, em 2011, o “Índice do Elefante Branco”, segundo o qual é possível calcular a utilização dos maiores estádios após a passagem de grandes eventos esportivos, como os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de Futebol. No topo da lista encontramos o estádio “Turner Field”, de Atlanta - construído em 1996 para os Jogos daquela edição - o qual, em 2010, recebeu cerca de 24 mil pessoas por evento, com mais de 80 eventos por ano: no fundo da classificação do Índice do Elefante Branco está o “Estádio Municipal de Aveiro”, em Portugal, erguido para o torneio da UEFA, de 2004, e que atraiu apenas mil pessoas por evento ao longo de 2010 (fonte <http://leastthing.blogspot.com/2011/10/ptg-white-elfphant-index.html>, acessado em Outubro 2011).
- 4 Por exemplo as da OECD (2010) quando afirma que: “a hospedagem de eventos internacionais pode ter um papel fundamental no desenvolvimento local e da comunidade, atuando como um catalizador para a criação de empregos, crescimento dos negócios, melhoria das infraestruturas. Entretanto, a captura das vantagens em eventos deste tipo não acontece por acaso ou automaticamente. Os principais países e cidades que hospederam estes eventos tiveram o sucesso pautado no planejamento do desenvolvimento a longo prazo e na dedicação da administração, com o esforço de ajuda para garantir as vantagens e o legado, por algum tempo, antes do início do evento e para muitos anos depois da sua realização. Em palavras simples, quando os eventos internacionais são bem recebidos eles se transformam em um catalizador para o desenvolvimento local e repercussão global” (p. 12).
- 5 Para uma análise deste tipo aplicada ao Rio de Janeiro e aos eventos esportivos passados como os Jogos Panamericanos, veja-se CAPANEMA ALVAREZ e BESSA (2011) e COSTA (2012^a e 2012b), assim como (COSTA, 2013) para os eventos dos próximos anos.
- 6 É o que está acontecendo no Rio de Janeiro, onde os valores imobiliários aumentaram vertiginosamente nos últimos anos, mesmo nas favelas que não estão na zona sul (COSTA, 2013; DE ROSE, 2011).

Recebido em novembro de 2012, aceito para publicação em janeiro de 2013.